



Lula troca debate por entrevista

À Record, o presidente defende Lulinha, diz estar otimista no diálogo com Trump e ter “saudades” da disputa com o PSDB

» RAPHAEL PATI

Assente no debate transmitido pela TV Bandeirantes, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apareceu na TV Record em entrevista divulgada ontem. Ao comentar sobre os três inqueritos da Polícia Federal (PF) sobre o filho mais velho, Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, ele defendeu as investigações e afirmou que o primogênito deve pagar se, de fato, tiver cometido irregularidades. Para o petista, se “alguém está agindo de forma equivocada”, deve responder à Justiça e ser alvo de apurações.

“Eu não sou um presidente que tentou proibir investigação. Eu não ameaço mandar ministro embora. Eu não ameaço punir delegado. Investigue-se e todo mundo tem o direito de provar ser inocente. Se isso acontecer, eles serão perdoados”, disse Lula. Em seguida, completou: “Mas se alguém cometeu erro e esse erro trouxe prejuízo aos cofres públicos, essas pessoas terão que pagar”.

Alvo de três inqueritos que apuram um suposto tráfico de influência e corrupção em prol de empresas junto ao governo federal, Lulinha virou principal personagem após ser apontado uma proximidade com a lobista Roberta Luchsinger — investigada na Operação Sem Desconto, que apura fraudes em benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Duas das três investigações no Supremo Tribunal Federal (STF) foram abertas pelo ministro André Mendonça, que, recentemente, solicitou à PF investigações sobre vazamentos das apurações sobre o caso.

Ainda sobre o filho, Lula disse que “ninguém está impune se cometeu erro” e acrescentou que se o filho souber que tenha cometido equívocos, que seja punido ou inocentado. “Mas ele tem que provar

a inocência dele. E ele sabe disso porque sabe o que eu vivi. Ele conviveu comigo (por) 40 anos, ele sabe que a mãe (ex-primeira-dama, Marisa Letícia) morreu por causa da Lava-Jato. Então que a diga publicamente e defenda o processo quem está o acusando. E se ficar livre, tudo bem”, destacou.

Na entrevista, Lula analisou a relação conturbada com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Ele acredita ter boas conversas com o republicano, mas reclamou do que chamou de “segundo escalão” do governo norte-americano. “Depois do ‘segundo escalão’, toma atitudes que são impensáveis. E aí nós não podemos aceitar intromissão de um país, quem quer que seja, nas coisas do Brasil”, comentou.

Recentemente, o presidente criticou o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, que chamou de “bolsonarista” e “latino-americano frustrado”. O norte-americano, por sua vez, aumentou o tom contra o chefe do Executivo nas redes sociais em meio ao debate sobre as tarifas recíprocas que penalizaram produtos brasileiros importados no país. Apesar da desavença, o presidente da República disse ter tratado com Trump sobre questões importantes às duas nações, como segurança pública e terras raras.

O presidente, que não comparecer ao primeiro debate presidencial deste ano, disse que o quadro de candidatos “piorou” em comparação as outras eleições. “Eu tenho saudade do tempo em que eu disputava eleições com o PSDB, com o (José) Serra, (Geraldo) Alckmin, Fernando Henrique Cardoso”, disse o presidente, durante a entrevista. “Foi piorando o quadro. Se você comparar a disputa de hoje com a disputa daquele tempo, você percebe que diminuiu a importância dos candidatos que disputam a eleição.”

Ricardo Stuckert/PT



Petista crê que piorou o nível de presidenciais e afirmou que a importância dos candidatos diminuiu

Instagram pessoal



Logo após o debate na Band, Flávio postou vídeo no Instagram

Flávio diz querer só enfrentar o petista

» FERNANDA STRICKLAND

O candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL) afirmou, em vídeo publicado nas redes sociais, ontem à noite, que decidiu não participar do debate promovido pela Band porque pretende confrontar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na gravação, disse que deseja participar de debates, mas argumentou que seu foco deve ser o confronto com quem, segundo ele, “está destruindo o Brasil”. O candidato também afirmou que os demais presidenciais presentes no debate não

são seus adversários.

“Os que vão debater hoje (ontem) não são meus adversários. Eu respeito todos eles, mas eles, definitivamente, não são meus adversários. O meu adversário é quem está no poder e está destruindo o Brasil”, acusou.

Ao justificar sua posição, Flávio associou a atual gestão à perda do poder de compra, ao endividamento das famílias e às dificuldades enfrentadas por empresários e microempreendedores. O candidato citou exemplos de produtos que, segundo ele, tiveram redução na quantidade

comercializada. Mencionou consumidores que estariam recorrendo ao parcelamento até mesmo para comprar alimentos.

“Quero debater com quem acabou com o poder de compra dos brasileiros, com quem está endividando as famílias, sufocando as empresas, empresários e microempreendedores”, disse.

No vídeo, o candidato ainda fez referência a investigações envolvendo pessoas ligadas ao presidente e ao filho mais velho de Lula, Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha. Sem apresentar novos elementos, Flávio contrapôs o que

chamou de dificuldades enfrentadas pela população às supostas negociações e interesses de pessoas próximas ao governo.

Ao final, Flávio voltou a explicar que sua ausência no debate não representa uma recusa ao confronto político, mas uma escolha de direcionar seus ataques ao atual presidente. “É com ele que eu quero debater”, afirmou, em referência a Lula. O candidato encerrou o vídeo prometendo mudanças na economia e na segurança pública e afirmou que pretende “tirar o Brasil do vermelho” e reduzir o endividamento das famílias.

Revisão de contas e pacto político

» DENISE ROTHENBURG

A uma semana do envio do Orçamento de 2027 ao Congresso, os economistas reforçam os alertas para a necessidade de revisão das contas e cobram um pacto político entre os Três Poderes para levar adiante as reformas necessárias e promover o equilíbrio fiscal. Essa preocupação esteve presente na maior parte das exposições dos especialistas e empresários presentes ao 25º Fórum Empresarial Lide, no Rio de Janeiro. Muitos consideram que, embora a economia não esteja tão ruim quanto parece e o cenário internacional beneficie o Brasil por causa da demanda por minérios e alimentos, o desafio interno é o grave desequilíbrio fiscal. A avaliação geral é de que o próximo governo terá que controlar

o crescimento automático das despesas obrigatórias para garantir a sustentabilidade e reduzir os juros.

“Atualmente, o Brasil possui US\$ 350 bilhões em reservas, o que garante segurança contra choques externos. O problema central é o gasto público elevado e o crescimento da dívida”, alertou o ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles.

Até aqui, nenhum dos candidatos detalhou o que fará em 2027 para resolver o desequilíbrio, especialmente, no setor público. Em sua exposição no fórum empresarial, a economista Daniella Marques, que coordena a proposta econômica de Flávio Bolsonaro (PL), mencionou que o “pecado original” é o governo gastar mais do que arrecada de forma descon-

trolada. A solução passa pela aprovação de uma nova PEC fiscal no início de um novo governo para restaurar a credibilidade, reverter as expectativas de juros altos e permitir uma agenda de crescimento.

Horizonte preocupante

O setor privado está preocupado e traça um diagnóstico desafiador, como fez, por exemplo, o economista-chefe da XP e head do Lide de Economia, Caio Megale. Ele se refere ao desequilíbrio nas contas públicas como o grande desafio do próximo mandato presidencial, seja quem for o eleito. “Nossas despesas são indexadas, rígidas, e as obrigatórias tomam quase todo o orçamento público. O crescimento dessas despesas é automático, determinado por lei. Não basta um governo

com vontade. Ele tem que ter protagonismo para convencer o Congresso, convencer a sociedade de que há um limite que precisa respeitar para ter redução de taxas de juros e a economia a crescer”, disse.

A avaliação da maioria dos economistas é de que, se o Brasil não arrumar a casa, a chance de se beneficiar mais do cenário externo será menor. “A economia brasileira vem bem, crescendo, inflação relativamente sob controle, balança comercial positiva. Mas, por trás desses números positivos, há duas distorções que vêm crescendo e que sufocam o setor privado. Tributos elevados e crescentes para financiar o déficit público e taxas de juros para compensar a política fiscal expansionista persistentemente mais altas”, diz Megale.

Evandro Macedo/Lide



Megale: desequilíbrio das contas é o maior desafio do próximo governo

Especialistas advertem para propostas econômicas críveis

Com os gastos obrigatórios em expansão, o espaço para as despesas discricionárias deve ficar ainda mais apertado para quem assumir o Palácio do Planalto nos próximos quatro anos. Além da elevação dos repasses com a Previdência Social e em benefícios sociais, nos últimos quatro anos também houve um aumento da verba destinada a emendas parlamentares, que comprometem ainda mais o cenário fiscal e diminuem a margem de manobra do presidente da República. Em período eleitoral, os candidatos apontam caminhos para tentar reverter a situação e conseguir “arrumar a casa” nas contas públicas.

Para economistas ouvidos pelo **Correio**, a questão maior é de credibilidade. Prova disso é que desde quando o governo federal adotou o arcabouço fiscal, as metas foram revistas duas vezes em três anos e

meio, o que, para investidores, traz desconfiança.

“O Brasil construiu um arcabouço fiscal fraco, que nunca foi respeitado, além de ter criado uma contabilidade torta, que determina que alguns gastos não entram na regra. O Brasil saiu de 69% de dívida PIB, em 2016, para 78%, agora. Não é pouca coisa. O governo adota um discurso de que Estados Unidos, Japão, França se endividam. Mas o mundo confia neles. O Brasil não tem essa confiança”, avalia o estrategista de investimentos Gustavo Cruz.

Já o economista Thomás Cordeiro, sócio da Finance Consultoria, acredita que o aumento da dívida pública decorre, em parte, pela ausência de uma política fiscal crível de médio e longo prazos. Isso seria por causa da falta de consenso político sobre os rumos de

um ajuste nas despesas e receitas.

“Com frequência, o Congresso aprova novos gastos por fora dos limites da regra. Todo esse cenário gera incertezas no mercado e contribui para que os juros se mantenham em patamar elevado”, avalia.

Além do controle fiscal, o ritmo dos juros é outro fator que impacta a trajetória da dívida pública. Felipe Queiroz, economista da Associação Paulista de Supermercados (Apas), acredita que o Banco Central (BC) pune o trabalho fiscal do governo com uma taxa de juros excessiva.

“Temos a maior taxa real de juros e perdemos apenas para a Rússia. E Rússia sofre com os embargos norte-americano e europeu. O Brasil não tem nenhum desses cenários, não tem guerra”, avalia.

Para o analista sênior da Tendências Consultoria, Silvio

Campos Neto, não adianta culpar o BC por executar a política monetária. “A gente precisa ter uma mudança de regras, um reencaminhamento da questão fiscal, com revisão dessas regras, dessas indexações, mexendo nos gastos obrigatórios”, observa.

Programas

No programa de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ele apresenta um caminho que passa por ajustes para ampliar o limite orçamentário, além de expandir investimentos em áreas como indústria, infraestrutura e no crédito produtivo. Aposta na manutenção do modelo adotado em 2023, no arcabouço fiscal aprovado no Congresso e que tem dispositivos para frear o gasto público menos restritos do que o antigo

teto de gastos dos governos Temer e Bolsonaro.

O plano do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para a economia acaba com o arcabouço fiscal e edita uma nova regra para substituí-lo. Além disso, promoveria o aumento na transparência nas despesas públicas e a avaliação de programas sociais para reduzir a proporção dívida/PIB. “Apresentaremos uma reformulação nas atuais regras fiscais, com regras claras focadas na estabilização e na redução da dívida pública, conforme determina a Constituição”, destaca.

Augusto Cury (Avante) e Ronaldo Caiado (PSD) defendem reformas estruturais para reduzir os gastos obrigatórios no Orçamento. O ex-governador de Goiás promete um pacote que deve ser encaminhado nos primeiros 100 dias de gestão. No plano de governo,

também cita mudanças no Plano Plurianual (PPA), com critérios “estratégicos” para determinar a LDO e o Orçamento.

Por sua vez, Cury deve promover uma reforma administrativa, a redução da dívida pública e a imposição de metas de eficiência para os ministérios.

Os presidenciais Romeu Zema (Novo) e Renan Santos (Missão) têm postura liberal. Além de reformas da Previdência e na Administração Pública, o ex-governador de Minas Gerais promete uma revisão em programas sociais e a privatização das estatais.

O candidato do Missão fez elogios ao governo de Javier Milei, na Argentina, e promete um “remédio amargo” para resolver o que chama de “década perdida”, que teria começado em 2014, no governo Dilma Rousseff. (**Raphael Pati**)